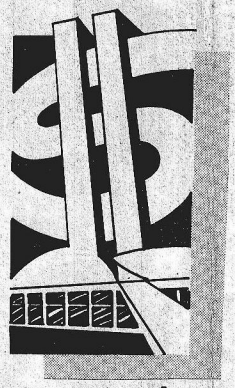
Relator diz ser decisivo depoimento de Fiúza hoje



O relator-geral da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), está convencido de que o depoimento do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), a partir de 9h de hoje, dará à Comissão todas as indicações que esclareçam o envolvimento de parlamentares com a corrupção do Orçamento. É que Fiúza indicou o deputado João Alves (PPR-BA) para a relatoria, depois foi relator e, em seguida, ministro da Ação Social do governo Collor.

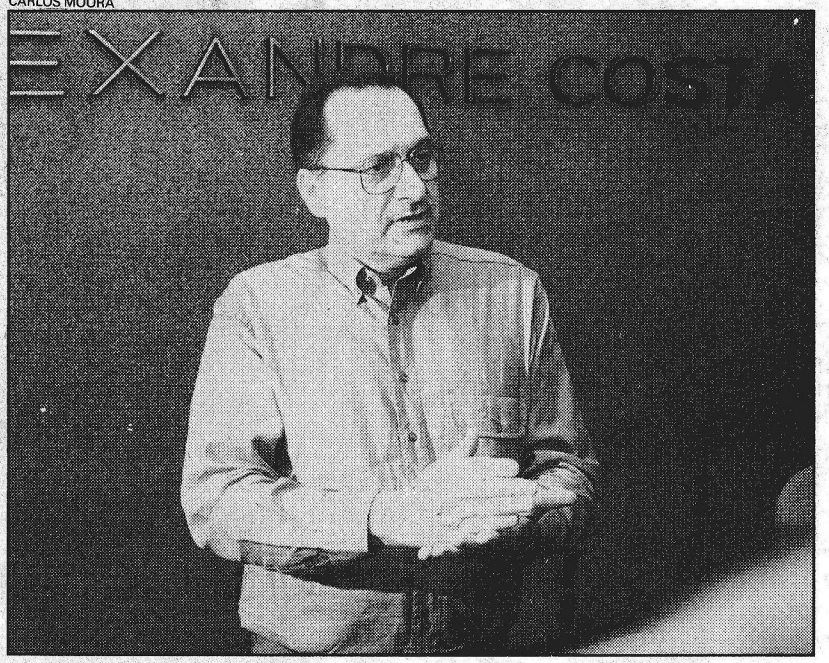
Magalhães adiantou que já colheu subsídios com as subcomissões — que passaram o dia de ontem trabalhando no Congresso — para iniciar o interrogatório de Fiúza, mas ressaltou que lhe caberá formular apenas as questões genéricas. A seu ver, os integrantes das subcomissões têm mais informações para os questionamentos específicos de cada tema que está sendo investigado.

Roberto Magalhães já tem prontas as perguntas que fará a Fiúza. Ele quer saber como eram feitas as liberações de verbas na época em que o deputado era relator da Comissão do Orçamento e depois, quando era ministro da Ação Social. "Ele tem uma visão de todo este ciclo, por isso o depoimento dele é muito importante", disse Magalhães.

O senador José Paulo Bisol (PSB-RS), relator da Subcomissão de Patrimônio, informou que para a CPI ter uma idéia da evolução patrimonial do deputado Ricardo Fiúza, será feita uma análise das declarações de renda de cada um dos membros da família e também das empresas ligadas a ele. Segundo o senador, há indícios de que, em alguns casos, a evolução patrimonial é comprometedora.

A defesa — O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) passou o feriado de Finados preparando o depoimento que fará hoje à CPI do Orçamento, no plenário do Senado. Acompanhado da esposa Ilse Chaves e dos filhos Ricardo e Roberto, o deputado pernambucano foi auxiliado por dois assessores e, às 16h, ainda não havia almoçado. Recusando-se a atender jornalistas, Fiúza revisava o texto do pronunciamento que fará antes de responder a perguntas da CPI.

CARLOS MOURA



Para Roberto Magalhães, "Fiúza tem uma visão de todo esse ciclo"

Decidido a não fazer denúncias na Comissão, Fiúza deverá apresentar à CPI as declarações de renda das suas empresas Agropecuária Jaçanã, Companhia Maranhense de Produtos Agropecuários e Empreendimentos Agroindustrial, além da movimentação bancária de sua mulher e de seus quatro filhos — Ricardo, Roberto, Elizabeth e Maria Tereza.

Para provar sua inocência no esquema de irregularidades da Comissão de Orçamento, Fiúza irá apresentar seu perfil publicado em uma edição antiga do livro **Deputados Brasileiros.** Segundo seus assessores, o parlamentar é citado no livro como empresário, pecuarista e proprietário das três empresas agrícolas, o que comprovaria que não teria enriquecido ilicitamente. Após longa análise dos depoimentos à CPI do ex-diretor do Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos, e do deputado João Alves (PPR-BA), o parlamentar está convencido de que as acusações são insubsistentes e que as provas apresentadas até agora contra ele contribuem para corroborar sua idoneidade.

Emendas — Fiúza também deverá alegar que enviou todos os documentos relativos à sua gestão no Ministério da Ação Social ao Tribunal de Contas da União. Ele dispõe de toda a relação de emendas ao Orçamento da União de 1991, quando substituiu João Alves na relatoria geral da Comissão. Amigos do deputado informam que seus arquivos incluem ainda cópias das provas apresentadas à CPI, como o bilhete que teria enviado a José Carlos e que mostraria seu envolvimento com o esquema de João Alves.

Ricardo Fiúza foi listado por José Carlos dos Santos, em entrevista à revista **Veja,** como envolvido no esquema de corrupção da Comissão de Orçamento. No depoimento do ex-diretor do Orçamento à CPI, a situação do deputado ficou ainda mais crítica. Fiúza instou José Carlos a confirmar que o havia aconselhado a não se divorciar de Ana Elizabeth. Emocionado, José Carlos contou que, na ocasião, o deputado também lhe perguntou se sua esposa sabia do esquema. Após o depoimento, José Carlos continuou denunciando a atuação de Fiúza como relator da Comissão de Orçamento e ministro da Ação Social, cargo no qual lhe teria enviado o bilhete que comprovaria a participação nas falcatruas.